

**DESCOLONIZAR A HISTÓRIA PARA ADIAR O FIM DO
MUNDO? REFLEXÕES SOBRE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E
EPISTEMOLÓGICAS¹**

**Decolonizing History to delay the end of the world?
Reflections on climate and epistemological emergencies**

**¿Descolonizar la Historia para postergar el fin del mundo?
Reflexiones sobre las emergencias climáticas y epistemológicas**

Jonathan Marcel Scholz²

Resumo:

A eleição do escritor, filósofo e ativista Ailton Krenak para a Academia Brasileira de Letras (ABL) em abril de 2024 marcou simbolicamente uma fissura nas estruturas coloniais brasileiras, uma vez que reconheceu de modo oficial a epistemologia autóctone brasileira – os saberes, os conhecimentos e as experiências sociais dos grupos originários – como forma válida de conceber e experienciar o mundo. Desse modo, o presente artigo visa refletir como as reflexões epistemológicas de Ailton Krenak, reforçada pelas perspectivas decoloniais e pós-coloniais que estabelecem a crítica da modernidade e de seus subprodutos, contribuem historicamente para a compreensão das atuais emergências climáticas, responsáveis por colocar o mundo em estado de alerta. Por outro lado, se pretende refletir como a produção do conhecimento histórico pode se beneficiar das interações com as epistemologias não-ocidentalizantes, descolonizando a História ao incluir novos atores, novas visões de mundo e novas narrativas que veem distintamente a relação do homem com a natureza.

Palavras-chave: Ailton Krenak. Decolonialidade. Emergência climática.

Abstract:

The election of writer, philosopher, and activist Ailton Krenak to the Brazilian Academy of Letters (ABL) in April 2024 symbolically marked a fissure in Brazilian colonial structures, since it officially recognized the indigenous Brazilian epistemology – the knowledge, understanding, and social experiences of the original groups – as a valid way of conceiving and experiencing the world. Thus, this article aims to reflect on how Ailton Krenak's epistemological reflections, reinforced by decolonial and postcolonial perspectives that establish a critique of modernity and its by-products, have historically contributed to the understanding of current climate emergences, responsible for putting the world on alert. On the other hand, we intend to reflect on how the production of historical knowledge can benefit from interactions with non-Westernizing epistemologies, decolonizing History by including new actors, new worldviews and new narratives that see man's relationship with nature differently.

Keywords: Ailton Krenak. Climate emergency. Decoloniality.

Resumen:

La elección del escritor, filósofo y activista Ailton Krenak para la Academia Brasileña de Letras (ABL) en abril de 2024 simbólicamente marcó una fisura en las estructuras coloniales brasileñas, ya que reconoció oficialmente la epistemología indígena brasileña – los conocimientos, saberes y experiencias sociales de los grupos originarios – como una forma válida de concebir y experimentar el mundo. Así, este artículo se propone reflexionar sobre cómo las reflexiones epistemológicas de Ailton Krenak, reforzadas por perspectivas decoloniales y poscoloniales que establecen la crítica a la modernidad y sus derivados, contribuyen históricamente a la comprensión de las actuales emergencias climáticas, responsables de poner al mundo en alerta. Por otro lado, nos proponemos reflexionar sobre cómo la producción de conocimiento histórico puede beneficiarse de las interacciones con epistemologías no occidentalizantes, descolonizando la Historia al incluir nuevos actores, nuevas visiones de mundo y nuevas narrativas que vean de manera diferente la relación del hombre con la naturaleza.

Palabras clave: Ailton Krenak. Decolonialidad. Emergencia climática.

No best-seller *Sapiens: uma breve história da humanidade*, o historiador israelense Yuval Noah Harari analisa o avanço progressivo (e destrutivo) da espécie *Sapiens* pelos vários continentes. Uma verdadeira *blitzkrieg*, conforme ele, em que o *homo sapiens* é comparado a um assassino ecológico em série, que ocupou novos territórios e extinguiu milhares de espécies animais e de plantas (HARARI, 2015).

Afirmando que “A ocupação do continente americano não transcorreu sem derramamento de sangue. Deixou em sua esteira um longo rastro de vítimas. A fauna americana de 14 mil anos atrás era bem mais rica do que hoje” (HARARI, 2015, p. 83), o autor nos instiga a refletir sobre os diversos processos de ocupação e colonização do território americano, do Neolítico e/ou da Modernidade, bem como em seus efeitos e consequências, que se desdobram contemporaneamente em alguns dos principais problemas globais.

O tema da emergência climática, por exemplo, está na pauta do dia. Diariamente somos direcionados, via algoritmos, para um sem-fim de publicações, vídeos, *reels*, *storys*, *tweets*, que

repercutem e viralizam apresentando pessoas e grupos em situações de perigo e riscos à vida, como em enchentes, deslizamentos de terra, incêndios florestais, tempestades, furacões, dentre outros fenômenos climáticos, que ocorrem frequentemente em diversas regiões do mundo.

Organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU), a União Europeia (UE), o grupo das vinte maiores economias mundiais (G-20), através de seus líderes e representantes, vem posicionando-se reiteradamente sobre os tópicos da emergência climática, realizando encontros e prometendo esforços e verbas – por meio de fundos internacionais, em geral – para combater os efeitos que ela ocasiona nas populações e nas economias globais.

A ONU e as suas diferentes agências, como, por exemplo, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), trabalham nesse sentido, monitorando e desenvolvendo estratégias de combate e/ou estabilização dos efeitos gerados pelas mudanças climáticas.

Políticos, empresários e cientistas (dentre os quais, ambientalistas, climatologistas, biólogos, dentre outros) são convocados e inquiridos a opinar, formar comissões, elaborar projetos, demandar investimentos – como os controversos créditos de carbono – para lidar com os sucessivos eventos climáticos e ambientais extremos aos quais a humanidade está exposta atualmente.

A periodicidade de tais fenômenos climáticos e os desdobramentos catastróficos de suas consequências, tem alarmado, cada vez mais, a sociedade internacional. As recentes calamidades [2024] no Rio Grande do Sul, em Sevilha, na Espanha, na Península de Iucatã e nos Estados Unidos³, principalmente na Flórida, são alguns exemplos representativos desse momento.

As alterações climáticas e os seus efeitos destrutivos no planeta não ocorrem por coincidência e por acaso. Cientistas, pesquisadores e estudiosos de várias áreas das ciências naturais, em particular, há décadas vêm mapeando as mudanças significativas nos ecossistemas globais e alertando, mediante levantamentos de dados estatísticos e de mapeamentos das mudanças significativas nos ciclos naturais, sobre os efeitos e as consequências possíveis da extremada intervenção humana no planeta.

Com tais prognósticos, como pensar, investigar e narrar a historicidade em tempos caóticos do ponto de vista da natureza, do clima e, por consequência, da própria terra, visto que a investigação do presente é marcada fortemente por uma sucessão de eventos naturais que extrapolam a ação humana e afetam as estruturas políticas, econômicas e sociais de povos e de Estados nacionais⁴?

Os impactos das mudanças climáticas, além das inúmeras vítimas que ocasiona, transformam o cotidiano e a vida das populações, demandando custos incalculáveis para a reconstrução de cidades e regiões inteiras, bem como exigem o desenvolvimento de novas estratégias de planejamento e de tecnologias para lidar com as progressivas alterações climáticas.

Se as possibilidades da abreviação da passagem humana pelo planeta são reais, os historiadores devem refletir sobre as consequências das ações/intervenções humanas na natureza e no planeta, analisando tanto as que estimulam as alterações naturais, bem como as que, em contrapartida, reagem, resistem e repensam os frequentes avanços violentos da natureza.

Nesse enredo, nos interessa, em particular, o diálogo e as contribuições epistemológicas do escritor e ativista Ailton Krenak⁵, nativo da etnia *krenaque*, que tem se destacado enquanto uma voz reconhecida nas reflexões sociais, para além dos meios acadêmicos e universitários, que problematiza os impactos das mudanças climáticas no planeta e estabelece a crítica ao modelo de sociedade ocidental em que vivemos.

Desse modo, a intercessão das reflexões de Krenak com as discussões teórico-metodológicas dos estudos decoloniais e pós-coloniais se tornam relevantes para os objetivos do presente artigo, uma vez que desnudam a historicidade e o *modus operandi* da modernidade e de seus representantes ocidentais, bem como fornecem possibilidades interpretativas e epistemológicas para pensar as problemáticas climáticas do presente.

Além disso, dentro da presente proposta cabe salientar o interesse em refletir sobre as possibilidades de construção do conhecimento histórico, para além dos ditames epistemológicos ocidentais, que hegemonizam as visões de história, de conhecimento e saberes validados cientificamente. “Descolonizar a História” representa uma possibilidade de dar voz a atores que, além de sentir diretamente os efeitos das emergências climáticas, atuam epistemologicamente para, por meio de suas próprias narrativas e conhecimentos, interrompê-las e superá-las.

Krenak, o antropoceno e as possibilidades contra-hegemônicas

Embora esteja há mais de três décadas na cena pública brasileira e internacional lutando pelos povos originários, Krenak adquiriu, principalmente nos últimos anos, um protagonismo e um reconhecimento social amplo, em razão da publicação de três obras, da frequente participação, como palestrante, em eventos acadêmicos e sociais, e da eleição para a Associação Brasileira de Letras (ABL).

Publicadas no limiar do contexto da pandemia da COVID-19, “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), “A Vida Não é Útil” (2020) e “O amanhã não está à venda” (2020), são obras

construídas a partir de palestras, entrevistas e intervenções do autor, que problematizam a vida contemporânea baseada no consumo, na utilidade e na expropriação desenfreada da natureza.

Para Krenak, vivemos na era do Antropoceno⁶, período reconhecido pela extrema intervenção humana na natureza e no planeta, que contribui diretamente para a sua própria destruição. O desenvolvimento de uma forma de existir, desde o século XVI, baseada na colonização e na exploração ilimitada da natureza, traz no seu âmago uma contradição intrínseca, que flerta com as atuais possibilidades de abreviação da passagem humana na Terra.

O antropoceno, enquanto “época geológica presente” dominada pelos humanos [particularmente os europeus ocidentais e seus descendentes coloniais] e suas tecnologias dos últimos séculos (CRUTZEN, 2002), moldou ao máximo o mundo conforme um plano civilizatório que concentra interesses políticos, econômicos, sociais e culturais dominantes no processo de expansão, em particular, das Revoluções Industriais (a partir do século XVIII).

O novo imortal da ABL – o primeiro nativo brasileiro na história centenária da instituição de saber-poder –, discute esse ideal civilizatório argumentando que “Antropoceno tem um sentido incisivo sobre a nossa existência, a nossa experiência comum, a ideia do que é humano. O nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno” (KRENAK, 2020, p. 58).

As formas assumidas pelo antropoceno na contemporaneidade estão marcadas por uma visão de mundo que instituiu quais as nossas relações com a terra, com os “outros”, o que devemos produzir, o que e quanto receberemos pelo trabalho, quais são os valores morais e éticos adequados na sociedade e, por consequência, quem são realmente os humanos e o que é, de fato, a humanidade.

Ao verificar que as concepções ocidentalizantes de humanidade se enunciam como civilizadas e esclarecidas, devendo, como missão, trazer para o seu seio as partes “obscurecidas” da humanidade, Krenak questiona: “[...] como é que, ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade? Será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência?” (KRENAK, 2020, p. 10-11)

A ideia de humanidade nascida no seio ocidental, remontando aos ensinamentos da tradição greco-romana, é baseada numa autorreferenciação. Nós, os ingleses, os franceses, ou os germânicos, somos os humanos, donos exclusivos e permanentes da humanidade, da racionalidade e do antropocentrismo, bem como das conquistas coletivas da história, como expressas, por exemplo, nos conceitos revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade, defendidos na França em fins do século XVIII.

“*Liberté, Égalité e Fraternité*” para nós, cidadãos franceses⁷, e escravidão, submissão e caos para vocês, “sub-humanos” das colônias francesas. Nesse roteiro, os processos revolucionários burgueses na Europa são considerados legítimos e válidos para a busca de uma humanidade plena, diferentemente dos processos ocorridos nas periferias globais, como na Revolução Haitiana (1791), na Revolução Chinesa (1949) ou na Revolução Cubana (1959), que serão tratados como autoritários, violentos e/ou antidemocráticos.

Em “Discurso sobre o colonialismo”, o poeta martinicano Aimé Cesáire, produz uma rigorosa crítica aos padrões civilizatórios europeus, argumentando que a Europa representa uma civilização moral e espiritualmente indefensável, pois é responsável por gravíssimos problemas para o mundo, como os processos coloniais a partir do século XVI, e se apresenta incapaz e hipocritamente indisposta a resolvê-los (CESÁIRE, 1978).

Para Cesáire, embora a colonização seja vendida e narrada como marco da civilização, do progresso e do desenvolvimento para os colonizados, ninguém coloniza inocente e impunemente. Ela, inclusive, desciviliza o próprio colonizador, asselvajando-o. Por isso, a Europa tem contas a pagar, uma vez que empilha mortos em nome do seu ideal ocidental/cristão/burguês e “[...] ceifou as civilizações, destruiu as pátrias, arruinou as nacionalidades, extirpou ‘a raiz da diversidade’” (CESÁIRE, 1978, p. 67).

Quer dizer, ao tingir e reverberar o seu discurso com palavras belas e doces, como liberdade, progresso, desenvolvimento, técnica, ciência, inovação e futuro, que soam como afáveis e empáticas aos povos colonizados, a ética burguesa consegue aprofundar o domínio, a exploração, a força, sobre as diversas populações coloniais, reforçando no passado e no presente o potencial destrutivo do ideal civilizatório europeu.

Quando poeta martinicano argumenta que o Ocidente é preparador do desastre e precursor da catástrofe talvez não imaginasse que a catástrofe ocorresse tão rapidamente, atingindo tamanha dimensão no limiar do século XXI, no momento em que se assiste e se debate as reais possibilidades de extinção da vida humana na Terra, dado os efeitos – tido por alguns pesquisadores como irreversíveis – do Antropoceno.

O processo de emergência climática é uma face contemporânea visível, com efeitos práticos e palpáveis, drásticos e violentos, resultantes do aperfeiçoamento de uma ideia fixa de humano e de humanidade mencionada por Krenak e Cesáire. Um modelo de humano e de humanidade baseado em binômios e polaridades que fragmentaram, separaram e dividiram, de forma política, econômica, social e cultural, o mundo.

Trata-se do mundo definido por René Descartes e pelo modelo cartesiano do “*Cogito, ergo sum*”, como indicou Ramón Grosfoguel. Na modernidade, o mundo passou a ser encarado a

partir da dicotomia ontológica homem contra natureza, corpo contra espírito, homem contra mulher, cidadão contra estrangeiro, branco contra negro, dentre outras bipolaridades, privilegiando uma determinada racionalidade, uma individualidade, uma técnica, um modo específico de domínio da natureza, uma forma de colonização de povos e de culturas, adaptados a um modo de produção (GROSGOUEL, 2020).

Para o estudioso porto-riquenho, a constituição deste modelo de sistema-mundo⁸ não exige a coexistência pacífica e plural baseada na diversidade de grupos, epistemologias e culturas. Ou melhor, para a sua manutenção e expansão, ele necessita do domínio de uma forma de existir sobre as outras, adaptando para os seus interesses políticos, econômicos, culturais e sociais, o lema cartesiano do “[...] penso, logo existo”, para “[...] penso, logo domino, conquisto, colonizo, imponho e determino”.

A oposição homem contra natureza, nesse caso, não separa e opõe somente a humanidade da vida natural, ela coisifica e transforma a natureza e os seus elementos em objetos, que podem ser capturados, manuseados, explorados e modificados pelos homens sem maiores preocupações. Grosfoguel reforça que:

Se o capitalismo histórico é destrutivo da vida, não é somente por um afã de acumulação e uma lógica da ganância, mas também pela própria cosmovisão dualista que concebe o que classifica como “natureza” como forma de vida inferiores, coisificada como “objeto”, que pode ser destruída sem consequência para a vida (GROSGOUEL, 2020, p. 62).

No ideal moderno, a natureza e os seus ecossistemas passam a ser considerados “mercadorias”, dignos de serem possuídos, ao máximo, pela racionalidade humana. A soberania cosmológica, que retira a força vital, a vitalidade, o pulsar de vida dos seres vivos, é sucedida pelo domínio físico, prático, da natureza, em que o homem toma posse, a subjuga, pela técnica, pela ciência, pela engenharia, pela máquina.

Em perspectiva decolonial, as proposições de Grosfoguel engendram, junto as reflexões de Krenak e Cesáire, uma rede de intervenções epistemológicas advindas de diferentes tempos/espacos do interior do Sul Global, nesse caso, da América Latina (Porto Rico, Martinica e Brasil), que examinam os problemas e os impactos decorrentes da perspectiva cartesiana do domínio do homem sobre a natureza.

Ao referendar a compreensão cosmológica dos povos nativos, e como tal abordagem salvaguarda a natureza e a nós próprios, Krenak destaca que “Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos

humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista” (KRENAK, 2020, p. 49).

Uma epistemologia em chamadas

Ao longo do século XX, em particular, se convencionou dizer na historiografia brasileira e latino-americana, em geral, inspiradas pelas diversas tendências teórico-metodológicas, que o processo de colonização europeia da América Latina (oficialmente entre os séculos XVI e XIX), estruturado a partir das chaves explicativas da conquista, da exploração e do domínio, impactou profundamente no desenvolvimento político, econômico, social, cultural e ideológico dos grupos e das nações do referido território⁹.

No interior do processo colonial, nos interessa refletir sobre os aspectos da imposição epistemológica, pois consideramos que ela seja aspecto central e determinante nas ações e nas consequências estabelecidas a partir do contato entre os europeus e os povos originários. A concepção de mundo e de realidade, a noção de valores, de moralidade e de ética, e, portanto, de História, engendrou uma violência simbólica e imaterial que está na base, permeando toda e qualquer ação colonizatória no continente americano.

Ao definir epistemologia e ampliar a compreensão do processo colonizatório americano, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses defendem que “Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009, p. 9).

Recebemos um “pacote” completo¹⁰ que, a partir da dimensão epistemológica ocidental/europeia, transformou as estruturas materiais e de pensamento que as populações locais organizavam há séculos, impondo e ditando os novos rumos políticos, econômicos, sociais e culturais a serem seguidos. O processo colonial determinou novas lógicas de identidade, instituindo quem eram os nativos, em quem deviam se transformar, como deveriam agir, pensar, cultivar, produzir e, enfim, viver.

Ao considerar “degeneradas”, “selvagens”, as formas de vida dos povos originários, os colonizadores justificavam a intervenção e a imposição dos seus enunciados epistemológicos. Baniwa considera que “O projeto colonizador se consumaria quando os povos nativos abandonassem seus modos de vida, seus territórios, seus sistemas de conhecimento, suas línguas e suas identidades” (BANIWA, 2023, p. 279).

Para tal intento, a visão de mundo ocidental, europeia, branca, cristã e capitalista engendrou e aperfeiçoou ao longo da modernidade mecanismos de morte e de genocídio em relação à natureza, aos nativos e as suas formas de narrar, preservar e produzir conhecimento e saber, uma vez que os grupos originários eram assumidos como seres pertencentes à natureza, animalizados, portanto, inferiores, primitivos, dignos de serem escravizados e/ou exterminados.

Em outras palavras, ao longo dos últimos séculos, a morte e o genocídio se estruturaram em nome da cristandade, em nome da colonização, em nome da civilização, em nome do desenvolvimento, em nome do progresso. Exterminando milhares de formas de vida e de ecossistemas¹¹, incluindo os próprios grupos nativos que conhecem, convivem e se relacionam de formas diferentes com a natureza, não é de se admirar que o próprio planeta esteja à beira do colapso e da sua “morte”.

No Brasil, desde o século XVI, as lógicas do sistema-mundo eurocêntrico erigiram um conjunto de narrativas históricas que epistemologicamente legitimam as ações políticas, econômicas e culturais dos colonizadores nas novas terras. Assim, se disseminou, por exemplo, a ideia de que os povos originários são “povos sem história”, dado que pertenceriam ao conjunto de elementos da natureza e não da humanidade.

Do mesmo modo, outras narrativas históricas se difundiram, como o mito da “descoberta”, a ideia de “terras virgens”, a nomenclatura “índio”, a “preguiça” e a suposta “ociosidade” dos nativos, a legitimação cristã da escravidão africana, o heroísmo dos bandeirantes, dentre outras perspectivas disseminadas e reforçadas ao longo dos últimos séculos.

O advento do processo colonial em 1500 possibilitou a ação da História e da historiografia dos “vencedores” na colônia portuguesa, em que as visões de mundo, valores e ideias eurocêntricas se estabeleceram como o padrão hegemônico para o referido território e os seus diferentes habitantes – nativos, africanos e europeus –, em termos de política, economia, sociedade e cultura.

As abordagens e o tratamento do Estado brasileiro para com os povos originários ao longo dos séculos revelam muito a respeito da efetividade da História e da epistemologia dos colonizadores. As chamadas políticas indigenistas, em geral, reforçam o protagonismo do homem branco e a sua intervenção civilizatória em relação àquele atrasado, inferior, que aguardaria o chamado do seu salvador para integrar a sociedade do progresso.

Para se ter noção, no início do século XX, na esteira dos projetos governamentais de ocupação e de civilização das regiões interioranas do país – veja a “Marcha para o Oeste”, por exemplo –, o Código Civil (1916) instituía uma concepção jurídica em que o nativo era reconhecido enquanto tutelado do Estado, ou seja, sendo comparado a uma criança que não

possui condições cognitivas suficientes para reconhecer os seus próprios direitos e de responder pelos seus atos.

O Brasil, portanto, é resultado direto da eficácia da colonização epistemológica efetuada pelos portugueses a partir de 1500. A partir dos ditames colonialistas, a História, a cultura, os saberes e as visões de mundo dos povos nativos, bem como das populações africanas escravizadas, foram desprezadas, negadas e escamoteadas, para dar vazão às vertentes do pensamento e das ideologias do sistema-mundo eurocêntrico.

Nessa perspectiva, a História e a historiografia engendraram um modelo de indígena como agente coadjuvante do processo histórico, inexpressivo, desprovido de capacidades racionais que promovam ações e atitudes dignas de historicidade. Ele somente reagia, principalmente através da violência, aos estímulos externos provocados pelos sujeitos protagonistas da História, os europeus (CELESTINO DE ALMEIDA, 2009, p. 27).

O nativo, despersonalizado de suas especificidades culturais – não se qualifica o Guarani, o Tupi, o Kaingang, o Yanomami, o Boé-Bororó ou quaisquer outras etnias na historiografia hegemônica – aparece de forma pontual e esporádica nas referidas narrativas. Aparece dicotomicamente como a contradição dos europeus, a sombra da luz europeia, a barbárie oposta à civilização, o elemento natural contra a racionalidade e a técnica.

Desse modo, a colonialidade aberta pela modernidade ainda persiste, se adapta e se atualiza de diversas formas em nossas sociedades periféricas, como a brasileira. A reconfiguração da colonização epistemológica, ao estilo “o agro é pop, o agro é *tech*, o agro é tudo”, por exemplo, justifica e valida discursos em torno do domínio da natureza em favor dos negócios privados e de lucros recordes.

Embora os discursos dominantes se adaptem, relativizando a exploração da natureza mediante propostas propagandeadas como de “desenvolvimento sustentável” ou de “capitalismo consciente”, na prática a expansão de áreas agricultáveis e de novos campos de pastagens para a pecuária em novas frentes territoriais, avançando em regiões de matas e de florestas nativas, como a Amazônia e o Cerrado, a liberação e a disseminação de novos agrotóxicos e a exploração de novos campos de petróleo e de outras reservas minerais, demonstram os reais interesses (coloniais, essencialmente) em questão.

Walter Benjamin, em sua célebre obra “Teses sobre o conceito de história”, nos ajuda a questionar a escrita da História do ponto de vista epistemológico e cultural dos grupos dominantes, a saber, os herdeiros das tradições ocidentais. Ao compreendê-la enquanto um documento de cultura, que sempre é também um documento de barbárie, produzido e reproduzido incessantemente pelas classes vencedoras, Benjamin alerta que “[...] nem os mortos

estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2020, p. 86-87).

Tal análise abre possibilidades para, no mínimo, duas afirmações: a 1ª, mais evidente, é que o processo colonial entre os séculos XVI e XX dizimou fisicamente milhões de nativos nas Américas¹² e a 2ª constatação é que o processo colonial continua em curso, com novos processos e tecnologias de recolonização, que, além de manter um genocídio físico dos grupos nativos (em particular no Brasil), simbolicamente continua os exterminando e os violentando, uma vez que se menospreza as suas visões de mundo, os seus saberes e as suas epistemologias.

Para Benjamin, a articulação do passado e o conceito de História são objetos de uma desequilibrada luta de classes que disputam os bens culturais. Nas teses VI e VII, principalmente, da referida obra, o intelectual alemão discorre sobre os perigos da escrita da História permanecer em mãos elitistas, visto que:

Os que ora dominam são herdeiros de todos os que venceram. A empatia com os vencedores beneficia, portanto, sempre os que ora dominam. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje foram vencedores vão junto ao cortejo triunfal dos dominantes, que marcham sobre aqueles que jazem hoje no chão (BENJAMIN, 2020, p. 87).

A História para os colonizadores, enquanto suporte da memória, estaria parametrizada conforme as visões de mundo hegemônicas no continente europeu nos séculos XVI em diante. Nesse sentido, a *clio* deveria valorizar a ação material dos grandes homens e heróis da colônia, recordando as conquistas, o domínio sobre a natureza (a exploração das matas é exemplar) e o seu poder em relação aos grupos “primitivos e exóticos” – nativos e escravizados africanos.

A emergência climática e, por consequência, a destruição dos ecossistemas e da biodiversidade do planeta resultam igualmente de uma colonização epistemológica que, por um lado, valida há séculos o domínio e a exploração infinita da natureza pelos homens e, por outro, ordena e direciona a humanidade a consumir desenfreadamente produtos e mercadorias que se multiplicam de modo ininterrupto.

Krenak reflete:

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a Terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa Terra são aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade (KRENAK, 2020, p. 21).

Para o pensador nativo, a ideia de humanidade criada pelo ocidente trouxe gravíssimos problemas para os homens e, em última análise, para o planeta, pois “descolando” os humanos da Terra, separando o homem da natureza, a humanidade passou a objetificá-la e tratar os ecossistemas e biodiversidade enquanto “recursos” e “bens”, passíveis e necessários de serem explorados ao máximo.

O homem, para prosperar – num sistema-mundo que prega a acumulação, mercantilista no início da modernidade e capitalista no decorrer dela – deveria dominar a natureza e utilizá-la, sem precedentes, para os seus interesses privados. A ordem, desde a modernidade, é exauri-la, gastá-la, contabilizá-la, enfim, consumi-la, para movimentar o modo de produção, a economia e a sociedade das potências hegemônicas globais.

Em outros termos, a relação humana com a natureza, de apropriação, uso e consumo, é definida por John Locke em fins do século XVII como uma das bases da ideia ocidental de trabalho, direito e propriedade. Para o expoente do iluminismo (e base do liberalismo político e econômico), a posse e o uso da terra era “instintiva” para os homens, uma vez que, para sobreviver, evitar a dor e o perigo, ele a utilizaria conforme os seus interesses de autopreservação (2014).

A relação estabelecida entre os conceitos de trabalho, direito e propriedade produziria, então, a própria noção moderna de individualidade humana, enquanto possuindo a “coisa trabalhada”, forjando um pertencimento material, e, mais, incorporando o seu trabalho na referida “coisa”, o homem entende que se é a sua força física e psíquica, realizada por braços, pernas e cérebro, a propulsora desta dinâmica, ele é, além de proprietário de seu trabalho e esforço particular, proprietário de si próprio.

Assentado em tais visões de mundo e sociedade, o contratualismo lockiano forneceu as bases políticas e ideológicas para, além das vitoriosas revoluções burguesas do século XVIII, a exemplo da Independência estadunidense (1776) e da Revolução Francesa (1789), o desenvolvimento e a gestão do capitalismo industrial, durante o processo histórico do oitocentos, e do próprio capitalismo financeiro, ativo e central nas operações econômicas globais desde, pelo menos, os fins da Segunda Guerra Mundial (1945).

Para Krenak, entretanto, esse processo que há séculos ocidentalizou o globo e as relações com a própria Terra, vem contribuindo decisivamente para o “fim do mundo”, cada vez mais próximo dado os resultados e os efeitos trágicos das mudanças climáticas, como experimentados nas frequentes “ondas de calor”, nas chuvas torrenciais e nas grandes enchentes, nos terremotos, dentre outros eventos naturais extremos.

Uma vez que os padrões do capitalismo moderno, estabelecidos na produção industrial em larga escala, criam demandas psicológicas para as sociedades, o avanço da tecnologia sempre responde com um *looping* infinito de novos produtos. A respeito disso, o pensador nativo critica as ideias de que a ciência e a tecnologia possuem respostas para tudo, para todos os problemas da humanidade.

Essa ideia de que a tecnologia pode sempre responder à nossa próxima pergunta é relativizar a capacidade das tecnologias darem resposta a tudo. Deveria ser uma possibilidade para nós considerar que na maior parte do desenvolvimento experimentado pela humanidade e apoiado em tecnologia, avançando essa tecnologia, produziu-se muito, muito, muito calor e muito, muito, muito lixo no planeta. E nós vamos ter que dar conta disso. Não tem como passar isso para o espaço [...] (KRENAK, 2021, p. 8).

Apontamentos finais ou descolonizar a História para adiar o fim do mundo?

O título da obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, publicada em 2019, por Ailton Krenak, é fruto de uma provocação, reconhecida pelo próprio autor, que nasce na emergência de um convite para uma palestra na UNB – Universidade de Brasília. Evitar o fim do mundo significa, para ele, transpor o conceito hegemônico de humanidade – verdadeiro “liquidificador” de cultura, coletividade e diversidade – reassumindo os “[...] vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade [...]” (KRENAK, 2020, p. 14).

As ideias, termo presente no título da obra de Krenak se relacionam, portanto, com as epistemes, sabedorias e conhecimentos dos povos nativos que mantêm outras lógicas para com a natureza e os seus ecossistemas. Lógicas que reforçam os vínculos e o pertencimento dos seres humanos à natureza, enquanto mais um dos seres que a compõem, inclusive a partir de relações familiares, e não por meio de relações de domínio e subserviência.

A História, enquanto filha pródiga das epistemologias intelectuais/científicas europeias, utilizada consistentemente para narrar e assinalar os feitos do sistema-mundo europeu nos últimos milênios, possui uma potencialidade intrínseca, a da inclusão e da democratização histórica, que deve ser operacionalizada pelos historiadores, enquanto ferramenta de descolonização de si própria, incluindo novos atores, saberes e conhecimentos.

Para os parâmetros discutidos nesse texto, descolonizar a História se relaciona, portanto, com a consideração de que os povos indígenas são sujeitos da sua própria história, não vítimas passivas do processo colonial, coadjuvantes que se submetem(iam) aos protagonistas europeus e seus descendentes. Através de suas concepções de mundo, eles interpretam, relacionam, narram

os processos históricos que vivenciam, inclusive os próprios relacionamentos estabelecidos com os colonizadores.

Manuela Carneiro da Cunha vai além, argumentando que:

A percepção política e uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais – a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente apreendidas nas sociedades indígenas como o produto de sua própria vontade e ação (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 24).

Quer dizer, a História deve alargar os seus horizontes interpretativos, promovendo o pensar, o registrar e a valorização das experiências humanas em sua complexidade, para além das vivências, conhecimentos e valores das trajetórias europeias ao longo do tempo e do espaço. Como Krenak destaca e almeja, outras epistemologias, outras formas de ver, sentir e compreender o mundo devem ser possibilitadas, vislumbrando alternativas de interpretação e de solução para os problemas do presente.

Assim sendo, descolonizar a História significa também possibilitar a autonomia dos povos indígenas para poderem se organizar, viver e tomar as decisões sobre si e de seu território de forma livre, sem as históricas pressões, tutelas e coerções dos agentes estatais que persistem até hoje. Deve-se considerar que, antes de 1500, os povos originários desenvolveram civilizações e formas de viver autônomas, expressando suas concepções de mundo que ensejavam leituras e ações no mundo, e foram subjugados pelo processo colonizador.

Adiar o fim do mundo, por consequência, não é apenas uma leitura poética de Ailton Krenak. É emergência histórica e epistemológica, uma vez que as páginas eurocêntricas da História escamoteiam que a sua concepção de mundo, moldando o processo moderno, respaldado particularmente na racionalidade e na técnica, na ética capitalista e cristã, está na base dos grandes problemas e dilemas contemporâneos.

Aimé Cesáire referendava:

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente. Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma. Uma civilização que trapaceia com os seus princípios é uma civilização moribunda (CESÁIRE, 1978, p.1).

Por fim, a complexa crise climática afeta hoje principalmente as regiões periféricas do mundo, aquelas que foram alvos do processo colonizador europeu desde o século XVI, e que enfrentam também os desafios políticos, econômicos e sociais decorrentes do mesmo processo,

como a desigualdade social, a violência urbana, o desemprego, as altas taxas de analfabetismo, as precárias condições de saúde, o racismo estrutural, o feminicídio, o ecologicídio e, não por acaso, as mudanças climáticas.

Referências:

- BANIWA, Gersem. Povos nativos. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 275-285.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**: edição crítica/Walter Benjamin. São Paulo: Alameda, 2020.
- CESÁIRE, Aimé. **O discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios do Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- CRUTZEN, P. J. **Geology of mankind**. *Nature*, v. 415, n.3, p. 23, 2002.
- DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- GROSGOUEL, Ramón. Para uma razão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 55-78.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. Carta do chefe Seattle comentada por Ailton Krenak. **Cadernos SELVAGEM**, Editora Biosfera, 2021.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Notas:

¹ Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Descolonizar a História para adiar o fim do mundo”, realizado entre agosto de 2024 e maio de 2025. O projeto foi financiado pelo Programa Pesquisa e Inovação na Escola (PIE), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

² Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente é docente efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), atuando na Escola Militar D. Pedro II - André Antonio Maggi e Centro de Ensino Lavoisier, na cidade de Rondonópolis-MT. E-mail: jonathanmscholz@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5116-6428>

³ UM MÊS DE ENCHENTES NO RS: veja cronologia do desastre. **G1 Rio Grande do Sul**, [Porto Alegre], 29 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghtml>>. Acesso em: 3

jun. 2025; as imagens de satélite que mostram tamanho da destruição após enchente na Espanha. **BBC News Brasil**, 31 de outubro de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gvxg0nepko>. Acesso em: 10 jan. 2025. AGÊNCIA O GLOBO. **Flórida declara estado de emergência, à espera de um 'grande furacão' na próxima semana**. Exame.com, [São Paulo], 6 out. 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/florida-declara-estado-de-emergencia-a-espera-de-um-grande-furacao-na-proxima-semana/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁴ Sobre as demandas do presente, Febvre (1953) argumenta: “O homem não se lembra do passado, ele o reconstrói sempre... Ele parte do presente – e é por intermédio dele, sempre, que ele conhece, que ele interpreta o passado”.

⁵ Ailton Krenak, nativo da etnia *krenaque*, nasceu na região do médio Rio Doce, em Minas Gerais, no ano de 1953. Ativista dos povos nativos, ambientalista, filósofo, pensador e imortal da Associação Brasileira de Letras (ABL), Krenak fundou e integra diversas instituições de defesa dos povos originários, como o Núcleo de Cultura Indígena e a União das Nações Indígenas (UNI). Além disso, a autoria dos bestsellers “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), “A Vida Não é Útil” (2020) e “O amanhã não está à venda” (2020) e o protagonismo no documentário “Ailton Krenak – o sonho da pedra” (2018), impulsionou a sua convocação e a participação para palestras e entrevistas em eventos universitários, programas televisivos, podcasts, documentários, dentre outros. Ver mais em: < <https://cartasindigenasaoabrazil.com.br/biografia/ailton-krenak/>>. Acesso em: 10 jan. 2025.

⁶ Atribui-se, em geral, o conceito de Antropoceno ao químico neerlandês Paul J. Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel em 1995, pelas pesquisas desenvolvidas com o liminologista Eugene Stoermer sobre as mudanças ambientais globais, bem como em parceria com Mario Molina e Frank Sherwood Rowland, pelas pesquisas sobre os efeitos nocivos dos clorofluorocarbonos (CFCs) na camada de ozônio. Contudo, diversos estudiosos das Ciências Humanas têm utilizado o referido conceito em suas investigações, como Bruno Latour, Donna Haraway e Anna Tsing.

⁷ Embora a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) estabeleça uma associação entre homem e cidadão, os referidos sujeitos de direito possuem existências distintas, visto que o cidadão possui um aspecto concreto, efetivo e se vincula ao ordenamento político-jurídico de um Estado, enquanto o “homem”, em si, é abstrato, fictício, hipotético e desprovido de vínculos políticos. A possibilidade de usufruto dos direitos é, nesse sentido, diferenciada, pois o cidadão está amparado por uma legislação nacional e o “homem” somente goza dos predicados filosóficos. Ver mais em: DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

⁸ A ideia de “sistema-mundo” é uma abordagem teórica associada geralmente aos estudos do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1974), que visa refletir sobre os processos e as estruturas sociais que transcendem as temporalidades e os espaços. Grosfoguel (2020, p. 56) diz que “O conceito de sistema-mundo é um movimento de protesto dentro das Ciências Sociais eurocêntricas contra as análises que utilizam a categoria ‘sociedade’, entendida como equivalente ao ‘Estado-Nação’”.

⁹ Nas últimas décadas, uma produção historiográfica latino-americana vem enfatizando o papel protagonista dos povos nativos nos processos coloniais, para além do tradicional modelo de vítimas coloniais, repensando a atuação, as estratégias e as relações estabelecidas com os colonizadores. Ver mais em: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios do Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012; BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial – vol. 1**. 2 ed. São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021; SAMPAIO, Paula Faustino. **Índigenas mulheres: entre colonialismos e resistências de longa duração – séculos XX e XXI**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

¹⁰ De acordo com Grosfoguel (2020), o sistema-mundo moderno engendra processos e estruturas que articulam lógicas de domínio, dentre elas, para citar algumas das mais conhecidas, o colonialismo, o capitalismo, o racismo, o epistemicídio, o sexismo, o ecologicídio.

¹¹ Pesquisas recentes identificam que vivemos um processo acelerado de extinção de espécies da fauna e da flora global desde o desenvolvimento da Revolução Industrial. Sabe-se, por exemplo, que mais de 500

espécies de plantas foram extintas nos últimos dois séculos, bem como centenas de espécies de animais. Para mais informações, consultar: GALETTI, Mauro. **Nunca perdemos tantos animais desde que o homem surgiu no planeta.** AMDA, Belo Horizonte, 16 jul. 2018. Disponível em: <https://amda.org.br/diferenca-ambiental/2769-nunca-perdemos-tantos-animais-desde-que-o-homem-surgiu-no-planeta/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

¹² Baniwa (2023, p. 275) destaca que as estimativas populacionais da América em fins do século XV, antes da chegada dos europeus, giram em torno de mais de cem milhões de nativos.